



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO**

Avenida Antônio Marques, 490 - Centro - Tel: (75) 296-2164  
Cep 48.565-000 - Sítio do Quinto - Ba. - CNPJ 13.452.958/0001-65

PROJETO DE LEI Nº. 187, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2004.

"Institui o TIP (taxa de iluminação pública) e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO, ESTADO FEDERADO DA BAHIA,  
Faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona a seguinte lei:

art. 1º - Fica criada a taxa de iluminação pública destinada a atender as despesas de consumo de energia elétrica, operação, manutenção, melhoramentos, ampliação do serviço de iluminação pública prestado pela Município, e que incidirá sobre cada prédio.

Parágrafo § 1º - A taxa tem como fato gerador o fornecimento de iluminação em vias e logradouros público, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Para efeito de lançamento considerar-se-á contribuinte, toda pessoa física ou jurídica que tenha residência, domicílio, escritório casa comercial, fábrica ou similares em logradouro ou via, servido ou não por iluminação pública.

§ 3º - Será responsável pelo pagamento da taxa de iluminação pública, o titular responsável pelo uso da unidade imobiliária autônoma, a qualquer título utilizada.

art. 2º - Ficam excluídos do pagamento da taxa de iluminação pública, os contribuintes usuários de unidades imobiliárias autônomas nos quais sejam as atividades mantidas, classificadas como Poder Público Municipal.

art. 3º - Entende-se por iluminação pública, aquela que esteja diretamente ligada à rede de distribuição da Concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no Município e, sirva exclusivamente à via ou logradouro público de livre acesso permanente.





ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO**

Avenida Antônio Marques, 490 - Centro - Tel: (75) 296-2164  
Cep 48.565-000 - Sítio do Quinto - Ba. - CNPJ 13.452.958/0001-65

art. 4º - O valor da taxa de iluminação pública será cobrado em 'duodécimos, sempre baseados em percentuais do módulo de Tarifas de Iluminação Pública vigente, nos limites a seguir estabelecidos:

RESIDENCIAL

% MODULO TARIFA

0 a 30	.....	1,0
31 a 100	.....	2,0
101 a 200	.....	5,0
201 a 450	.....	7,5
451 a 650	.....	15,0
acima de 650	.....	20,0

NÃO RESIDENCIAL

0 a 30	.....	3,0
31 a 100	.....	5,0
101 a 200	.....	7,5
201 a 450	.....	14,0
451 a 650	.....	20,0
Acima de 650	.....	25,0

Parágrafo Único - A taxa será reajustada proporcionalmente cada vez que houver variação na tarifa de fornecimento de energia elétrica, para a classe de iluminação pública.

art. 5º - O produto da taxa de iluminação pública constituirá receita destinada a pagamento prioritário das contas de iluminação pública, podendo os saldos porventura existente serem aplicados na melhoria e ampliação do sistema da referida iluminação.

art. 6º - Caso a renda obtida pela arrecadação da taxa de iluminação pública seja inferior ao valor da conta de fornecimento de energia elétrica para esse serviço, a municipalidade pagará o complemento da fatura apresentada pela CONCESSIONÁRIA, mediante a utilização de recursos próprios.

# SECRET

## MEMORANDUM

1. The purpose of this memorandum is to provide information regarding the status of the project and the progress of the work. The project is currently in the planning stage and the work is being carried out in accordance with the schedule. The project is expected to be completed by the end of the year.

2. The project is being carried out in accordance with the schedule. The work is being carried out in accordance with the schedule. The project is expected to be completed by the end of the year.

3. The project is being carried out in accordance with the schedule. The work is being carried out in accordance with the schedule. The project is expected to be completed by the end of the year.

Item 1	.....	1.00
Item 2	.....	1.00
Item 3	.....	1.00
Item 4	.....	1.00
Item 5	.....	1.00
Item 6	.....	1.00

## APPENDIX

Item 1	.....	1.00
Item 2	.....	1.00
Item 3	.....	1.00
Item 4	.....	1.00
Item 5	.....	1.00
Item 6	.....	1.00

Handwritten signature or mark.

## REFERENCES

## REFERENCES

1. The purpose of this memorandum is to provide information regarding the status of the project and the progress of the work. The project is currently in the planning stage and the work is being carried out in accordance with the schedule. The project is expected to be completed by the end of the year.

2. The project is being carried out in accordance with the schedule. The work is being carried out in accordance with the schedule. The project is expected to be completed by the end of the year.

3. The project is being carried out in accordance with the schedule. The work is being carried out in accordance with the schedule. The project is expected to be completed by the end of the year.





ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO**

Avenida Antônio Marques, 490 - Centro - Tel: (75) 296-2164  
Cep 48.565-000 - Sítio do Quinto - Ba. - CNPJ 13.452.958/0001-65

art. 7º - A cobrança da taxa será feita pela Prefeitura Municipal por intermédio da CONCESSIONÁRIA, através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica.


§. 1º - A CONCESSIONÁRIA fica eximida de qualquer responsabilidade pelo não pagamento da taxa de iluminação pública por parte do contribuinte.


§. 2º - Fica proibida a utilização da receita oriunda da taxa, para pagamento dos consumos de energia elétrica de outras classes, mesmo do Poder Público Municipal.

art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Empresa Distribuidora de Energia Elétrica no Município para os fins desta lei, ficando a CONCESSIONÁRIA autorizada a empregar a receita da taxa de iluminação pública, no pagamento das despesas afins.

art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 DE NOVEMBRO DE 2004.

  
ANTONIO MARQUES DO NASCIMENTO  
Prefeito Municipal

  
UILTON PEREIRA DA SILVA  
Secretário da Administração

Abertura: 23.11.2004.  
e discussão e votação: 29.11.04.

Aprovado em: 29.11.04  
Joaquim Oliveira Santos  
PRESIDENTE